



III Encontro Nacional de Letras
no Litoral Norte da Paraíba

A INTERSECCIONALIDADE COMO PROPOSTA PARA CONSTRUÇÃO DE FUTUROS BENÉFICOS ÀS POPULAÇÕES NEGRAS

III Encontro Nacional de Letras no Litoral Norte da Paraíba - ELLIN-PB, 3ª edição, de 08/05/2024 a 10/05/2024
ISBN dos Anais: 978-65-5465-093-9

ARAÚJO; Wilson de Carvalho Silva¹

RESUMO

A INTERSECCIONALIDADE COMO PROPOSTA PARA CONSTRUÇÃO DE FUTUROS BENÉFICOS ÀS POPULAÇÕES NEGRAS

Wilson de Carvalho Silva Araújo

E-mail: nbr.wilson97@gmail.com

Universidade Federal da Paraíba

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Uma perspectiva necessária quando pensamos no combate às inúmeras formas de opressão que persistem na sociedade é a da interseccionalidade. Enquanto teoria, ela propõe a compreensão de que indivíduos podem ser categorizados por mais de um aspecto identitário, pautados em categorias como raça e gênero, por exemplo. As experiências de uma mulher negra, nessa abordagem, são extremamente específicas e devem ser consideradas a partir de um olhar singular, tanto de uma perspectiva geral quanto a partir da análise das formas de violência que recaem sobre ela.

Na abordagem desta pesquisa, assim, procura-se discutir como uma luta pautada nas ideias da interseccionalidade pode ser significativa para a construção de futuros benéficos às populações negras, sejam elas africanas ou das diásporas, e foca-se na categoria identitária da mulher negra. Contribuindo para essa abordagem, o movimento do Afrofuturismo é essencial, visto que trabalha com a projeção no futuro dessas pessoas. Assim, ele será abordado aqui em associação à interseccionalidade, procurando promover uma abordagem que justifique as propostas levantadas. Como objeto de estudo tem-se o romance *Quem teme a morte*, da escritora estadunidense de descendência nigeriana Nnedi Okorafor, que reflete a possibilidade de uma luta interseccional no futuro.

INTERSECCIONALIDADE E IDENTIDADE

A interseccionalidade é uma categoria analítica centrada na ideia de que indivíduos podem ser constituídos, concomitantemente, por diversas categorias identitárias. Trata-se da perspectiva de que raça, gênero, classe social, orientação sexual, idade, capacidade, origem, dentre outros aspectos identitários, por vezes se interseccionam e geram indivíduos cuja subjetividade se

¹ Universidade Federal da Paraíba, nbr.wilson97@gmail.com

constitui de forma específica. Suas experiências de vida, suas formas de se relacionar com o mundo e de ser percebidos por ele, assim, são várias.

Isso por vezes pode fazer com que esses indivíduos sejam afetados de forma conjunta por múltiplas violências. Como uma mulher negra, por exemplo, que numa sociedade racista e misógina pode ser afetada tanto pelos males do racismo quanto pelas violências e limitações de gênero a ela impostas. Os estudos interseccionais, nesse sentido, vêm tendo grande foco nas últimas décadas na análise dessas múltiplas opressões e na forma como se configuram socialmente, o que contribui para pensar maneiras de combatê-las.

Para Thomas Bonnici (1998), em seu texto “Introdução ao estudo das literaturas pós-coloniais”, “se o homem foi colonizado, a mulher, nas sociedades pós-coloniais, foi duplamente colonizada” (p. 13). Ou seja, desde os processos coloniais sobre determinadas regiões, como o continente africano, a mulher negra foi posta sob um papel de inferiorização duplo, tanto na perspectiva de gênero quanto por raça.

Uma ideia semelhante é corroborada pela pesquisadora e socióloga nigeriana Oyèrónké Oyèwùmí (2021) em sua obra *A invenção das mulheres*. Segundo a autora, as estudiosas feministas ajudaram a fazer emergir uma tese importante, a de que as mulheres africanas sofreram com um processo de “dupla colonização”: “uma forma de dominação europeia e outra, de tradição autóctone, imposta por homens africanos” (Oyèwùmí, 2021, p. 186). Porém, essa é uma perspectiva complexa:

Na minha abordagem, não é que a colonização seja dupla, mas duas formas de opressão que confluíram do referido processo para as fêmeas nativas. Portanto, é enganoso postular duas formas de colonização porque ambas as manifestações de opressão estão enraizadas nas relações hierárquicas de raça/gênero da situação colonial. As fêmeas africanas foram colonizadas pelos europeus como africanas e como mulheres africanas. Elas foram dominadas, exploradas e inferiorizadas como africanas juntamente com homens africanos e, então, inferiorizadas e marginalizadas como mulheres africanas (Oyèwùmí, 2021, p. 186-187).

Dessa forma, o processo colonial contribuiu para o estabelecimento de formas de violência específicas. Por um lado, a escravização e a violência foram impostas sobre os africanos de maneira geral, numa perspectiva racial que os considerava enquanto inferiores refletindo os ideais racistas dos europeus. Por outro lado, as mulheres foram afetadas pelos efeitos da violência de gênero. Essas opressões se mesclam e geram contextos específicos. Isso é também abordado pela pesquisadora e escritora estadunidense Angela Davis.

Em seu livro *Mulheres, raça e classe*, Davis (2016) analisa o sistema escravocrata dos EUA e a forma como raça e gênero eram determinantes na experiência de mulheres negras escravizadas. Para a autora, as duas categorias eram evidenciadas em determinados contextos. De acordo com Davis, na exploração para realização de serviços, por exemplo, mulheres e homens não eram distinguidos, nem mesmo as mulheres grávidas ou que houvessem dado à luz recentemente eram tratadas com menos brutalidade.

Já que as mulheres eram vistas, não menos do que os homens, como unidades de trabalho lucrativas, para os proprietários de escravos elas poderiam ser desprovidas de gênero. Nas palavras de um acadêmico, “a mulher escrava era, antes de tudo, uma trabalhadora em tempo integral para seu proprietário, e apenas ocasionalmente esposa, mãe e dona de casa”. A julgar pela crescente ideologia da feminilidade do século XIX, que enfatizava o papel das mulheres como mães protetoras, parceiras e donas de casa amáveis para seus maridos, as mulheres negras eram praticamente anomalias (Davis, 2016, p. 24).

Em outras instâncias, no entanto, o gênero era um determinante, como com as violências sexuais

às quais essas mulheres estavam sujeitas:

as mulheres também sofriam de forma diferente, porque eram vítimas de abuso sexual e outros maus-tratos bárbaros que só poderiam ser infligidos a elas. A postura dos senhores em relação às escravas era regida pela conveniência: quando era lucrativo explorá-las como se fossem homens, eram vistas como desprovidas de gênero; mas, quando podiam ser exploradas, punidas e reprimidas de modos cabíveis apenas às mulheres, elas eram reduzidas exclusivamente à sua condição de fêmeas (Davis, 2016, p. 25).

Assim, elas estavam situadas em um lugar particular que as fazia serem violentadas de mais de uma forma. Violência essa, contudo, que opera devido ao fato de serem tanto mulheres quanto negras, fruto dos males decorrentes dos ideais de uma sociedade racista e que perdurava com a violência de gênero. Assim, ao pensarmos a interseccionalidade, é importante se ter em mente a forma como essas opressões operam de maneira específica. E isso se relaciona diretamente com as várias categorias identitárias que compõem os indivíduos.

As autoras Patrícia Hill Collins e Sirma Bilge (2020), em seu livro *Interseccionalidade*, reforçam a relevância da identidade para a interseccionalidade:

A ideia – que hoje se tornou senso comum – de que a identidade individual é moldada por múltiplos fatores que se destacam diferentemente de um contexto social para outro deve muito à premissa da interseccionalidade a respeito das identidades interseccionais. Em nível elementar, uma pessoa não precisa mais se perguntar: “Sou primeiro chicana, mulher ou lésbica?”. A resposta “sou simultaneamente chicana e mulher e lésbica” expande esse espaço de subjetividade e abrange múltiplos aspectos da identidade individual (Collins; Bilge, 2020, p. 211).

A experiência de uma mulher negra em contextos violentos sob os aspectos de gênero e raça, assim, se molda na forma como os sistemas de opressão interferem em formas de violência específicas sobre sua identidade interseccional. Sendo tanto mulher quanto negra, ela tem uma experiência única, que não é a mesma de uma mulher branca, e que não é a mesma de um homem negro.

O que os estudos interseccionais vêm nos proporcionando é uma reflexão crítica acerca de como a compressão desses aspectos pode contribuir para o combate às opressões. Esse combate auxilia para que essas pessoas possam cada vez mais experienciar sua subjetividade, sua raça, seu gênero, sua orientação sexual, sua identidade, de maneiras positivas, não apenas associadas à violência. Pois esses múltiplos aspectos não se relacionam apenas a opressões, mas também a conexões profundas pautadas pela ligação de categorias identitárias diversas.

CONSTRUINDO FUTUROS

Quando pensamos na projeção de futuros para populações negras, uma categoria interessante para se considerar é o movimento afrofuturista. Enquanto um movimento artístico, político e social, o Afrofuturismo tem como uma de suas principais prerrogativas a projeção em cenários futuros (ou presentes e passados, mas por vezes reimaginados) especulativos que coloquem essas pessoas no centro das narrativas.

Ao passo disso, o resgate ao passado, às suas conexões ancestrais, ganha extrema relevância, visto que estabelecer esse contato é uma forma de resgatar uma história por vezes afastada dos negros. O processo colonial de África em muito contribuiu para tentativas de apagamento da História Africana e do que os povos que habitavam esse continente construíram. Assim, resgatar o passado se torna essencial.

Fábio Kabral (2020), autor e pesquisador afrofuturista, em um artigo publicado na revista digital

Articulação de Linguagens, destaca que o movimento possui quatro características principais. Ele se baseia nas ideias da pesquisadora Karolina Desireé para apontar que narrativas afrofuturistas precisam conter afrocentricidade, protagonismo de pessoas negras, autoria negra e narrativa de ficção especulativa.

A afrocentricidade tem algumas vertentes, mas é compreendida por M. K. Asante “como uma maneira de pensar e agir na qual predomina a centralidade dos interesses, valores e perspectivas africanos. Ele afirmou ainda que a afrocentricidade é um exercício de conhecimento e uma nova perspectiva histórica”^[1] (Midas Chawane, 2016, p. 79, tradução própria). É algo que se relaciona, assim, diretamente com o movimento.

Esses interesses, valores e perspectivas africanos são ressaltados pelo Afrofuturismo e postos no centro das narrativas. Isso se interliga à segunda característica, o protagonismo negro. Pois as pessoas negras devem ocupar o espaço de protagonistas, o que é uma forma de estabelecer obras que vão por uma vertente oposta ao que, predominantemente, foi produzido e difundido em meios como a literatura e o cinema: o protagonismo branco.

A produção dessas obras, além disso, deve ser realizada por pessoas negras, visto que o partilhamento da categoria racial com frequência contribui para abordagens verossímeis e que trabalham raça de maneira crítica, como pode ser observado em obras de autores do gênero, como a estadunidense Octavia Butler, em seu romance *Kindred: laços de sangue*, ou o próprio Fábio Kabral, que dentre seus romances pode-se destacar *O Caçador Cibernético da Rua 13* (2017). Ambas as obras, escritas e protagonizadas por pessoas negras, trazem abordagens particulares de raça que dificilmente seriam postas da mesma forma por pessoas não-negras.

Já no que diz respeito à característica de narrativa de ficção especulativa, é algo que faz parte do Afrofuturismo uma vez que ele trabalha, predominantemente, com a re-imaginação de eventos ou contextos específicos. O que pode ocorrer de diversas formas, seja com a construção de novos cenários, centrados em futuros distantes, seja na contação de histórias do passado com embasamento histórico, mas sob novas óticas.

Uma definição de ficção especulativa é trazida por Waldson Gomes de Souza (2016) em sua dissertação *Afrofuturismo: o futuro ancestral da literatura brasileira contemporânea*. Segundo o autor, “Não importa se a obra em questão é definida como realismo mágico, literatura fantástica, alta fantasia, space opera, horror psicológico, ela é especulativa quando descreve algo que ao leitor não poderia encontrar no seu mundo” (p. 19). Esse algo pode variar e tomar diferentes vertentes, desde cenários realmente fantasiosos ou de ficção científica, até a história de pessoas africanas no passado sob novos olhares – numa realidade em que a escravidão nunca ocorreu, por exemplo.

De acordo com Ytasha L. Womack (2024), em *Afrofuturismo: O Mundo da Ficção Científica Preta e a Cultura da Fantasia*,

Sendo tanto uma estética artística quanto uma estrutura para teoria crítica, o Afrofuturismo combina os elementos de ficção científica, ficção histórica, ficção especulativa, fantasia, afrocentricidade e realismo mágico com crenças não ocidentais. Em alguns casos, trata-se de uma reinterpretação total do passado e especulações sobre o futuro repletas de críticas culturais (Womack, 2024, p. 19).

Assim, o movimento possibilita uma série de vertentes que podem ser estabelecidas pelos autores, seja em obras literárias, audiovisuais, visuais ou plásticas, seja como resistência política e social perante um sistema em que o racismo e o apagamento da História das populações africanas ainda persistem. O movimento, nesse sentido, em muito vem contribuindo para o estabelecimento desse combate e desse resgate. Sua necessidade pode ser compreendida ao passo em que contribui para essas perspectivas de uma maneira singular, tomando essas demandas para si.

Uma outra vertente importante dentro do movimento, além disso, é sua relação com outras lutas sociais, como os feminismos e as lutas de classes. Isso porque o Afrofuturismo visa a projeção de

peças negras no futuro. O que se abrange ao pensar “peças negras”, porém, é uma série de categorias identitárias que convergem com a raça. Mulheres, peças LGBTQIAP+, peças de classes oprimidas, latinas, idosas, portadoras de necessidades especiais, dentre inúmeras outras categorias identitárias se interseccionam à raça e geram subjetividades complexas que devem ser consideradas.

O movimento, em campos como a literatura, há décadas vem associado por produções feministas, como as obras da já citada Octavia Butler. Suas personagens com frequência são mulheres negras que lutam contra formas de opressão pautadas em gênero e raça. Isso se reflete também nas obras da contemporânea Nnedi Okorafor, cuja conexão com Butler já foi evidenciada por si mesma: “‘Ela me surpreendeu’, diz a premiada escritora de ficção científica Nnedi Okorafor, que está entre as maiores fãs de Butler. ‘Eu estava escrevendo essas coisas, e não percebi que o que eu estava escrevendo poderia ser publicado até ler o trabalho dela.’” (Womack, 2024, p. 118).

O Afrofuturismo, assim, pode e deve ter um caráter de luta interseccional em suas bases. Pensar a projeção futura de peças negras necessariamente implica numa variedade de identidades dentro da categoria de raça. Essas identidades, por sua vez, acabam com frequência sendo violentadas socialmente por sistemas de opressão, de modo que a luta contra essas violências interseccionais deve ser posta em prática. O que se propõe aqui, então, é que a interseccionalidade pode atuar como uma proposta para a construção de futuros benéficos às populações negras.

A MULHER NEGRA NO FUTURO EM *QUEM TEME A MORTE*

Diante do exposto, podemos pensar de forma prática essas perspectivas a partir do romance *Quem teme a morte*, de Nnedi Okorafor. A obra, representante do movimento afrofuturista, é ambientada em uma versão futura do continente africano, especificamente em uma região que corresponde ao antigo Reino do Sudão. Nesse cenário, um evento cataclísmico devastou a região e criou uma nova constituição social, na qual males como o racismo e as violências de gênero se fazem presentes.

Existem dois principais grupos raciais (ambos de peças negras) nesse contexto: os Nuru, um povo negro de pele clara, e os Okeke, um povo negro de pele escura, dentre outras características físicas que os distinguem, como cor dos olhos e cabelo. Além deles, contudo, há também os *Ewu*, como são chamadas as peças que nascem a partir de relação desses dois grupos, e cujas características físicas também são específicas. A protagonista do romance, Onyesonwu, ou Onye, se enquadra nesta última categoria identitária, possuindo uma aparência que a distingue da grande maioria.

Podemos observar o contraste entre esses grupos ao longo da narrativa: “Os homens Nuru e suas mulheres, sua pele como o dia. E as mulheres Okeke com a pele como a noite” (Okorafor, 2014, p. 164). Mas os *Ewu* são diferentes de ambos, possuindo a pele em um tom único, assim como os olhos e o cabelo, como é destacado em uma passagem na qual Onye é observada:

— Mas a pele dela — diziam umas para as outras, jamais diretamente para mim — é tão suave e delicada. Quase como leite de camela.

— E seu cabelo é bastante cheio, como uma nuvem de grama seca.

— Seus olhos são como os de um gato do deserto (Okorafor, 2014, p. 13).

Essas distinções raciais são extremamente relevantes para o contexto da narrativa, visto que, como já ressaltado, o racismo é um elemento presente nesse cenário. A sociedade do romance crê em um texto sagrado chamando de Grande Livro, o qual conta uma versão da criação do mundo. Segundo o texto, os Okeke teriam sido no passado um povo que reinou na escuridão, enquanto a deusa Aní, responsável pela criação, teria descansado antes de criar o sol. Nesse período os Okeke ascenderam enquanto sociedade e criaram inúmeras inovações tecnológicas, o que, no entanto, desagradou a deusa:

“Quando Ani já havia descansado o suficiente para criar a luz do sol, se virou. Ficou horrorizada com o que viu. Levantou-se, alta, poderosa, e estava furiosa. Então tocou as estrelas e puxou um sol para a terra. Os Okeke ficaram com medo. A partir do sol, Ani criou os Nuru. Colocou-os sobre a terra. Naquele mesmo dia, as flores perceberam que poderiam florescer. As árvores entenderam que poderiam crescer. E Ani lançou uma maldição sobre os Okeke.

— Escravos — disse Ani.

“Sob o novo sol, a maior parte do que foi construído pelos Okeke sucumbiu. Ainda temos parte do que sobrou, os computadores, equipamentos, alguns itens, objetos no céu que às vezes conversam conosco. Até os dias de hoje os Nuru apontam para os Okeke e dizem escravos, e os Okeke devem se curvar e balançar a cabeça, concordando (Okorafor, 2014, p. 102).

Assim, diante de tais preceitos religiosos os Okeke vêm há séculos sendo escravizados e violentados pelos Nuru. Isso chega a tal ponto que, no presente da narrativa, é destacado que o extermínio desse povo atingiu níveis críticos.

Há cidades e aldeias de Okeke livres, mas o avanço dos Nuru persiste e inúmeros desses lugares são dizimados. Isso pode ser observado desde a concepção da personagem de Onye, visto que sua mãe, uma mulher de uma aldeia formada por Okeke livres descendentes de alguns que fugiram da escravidão, é estuprada por um homem Nuru, assim como inúmeras outras mulheres de sua aldeia. O estupro é utilizado como uma arma de guerra nesse cenário.

Assim, pode-se observar que há perspectivas específicas acerca de raça e gênero nesse cenário. As mulheres Okeke, nesses atos, são violentadas tanto por serem de um grupo racial socialmente inferiorizado, quanto por sua condição de mulheres. Os homens Nuru exercem uma forma de dupla opressão pautada tanto no aspecto racial quanto de gênero. Ainda assim, é preciso ressaltar que há formas de opressão de gênero mesmo entre os próprios Okeke.

No romance, a magia é um elemento presente. Os Okeke possuem uma conexão com os Pontos Místicos, uma arte de magia típica deles, mas cujo direito de domínio é permitido apenas aos homens. À medida que a narrativa avança descobrimos que Onye, a protagonista, é uma *Eshu*, uma pessoa naturalmente dotada de grandes habilidades mágicas, e que poderia aperfeiçoá-las através da prática. Esse direito, no entanto, lhe é negado. Um trecho do romance que demonstra a razão disso é quando ela pede que um professor lhe ensine:

— Seu pai era um Nuru, um povo sujo e fedorento. Os Grandes Pontos Místicos são uma arte Okeke, destinados apenas aos espíritos puros.

— Mas... você tem ensinado Mwita [outro *Ewu*, mas do sexo masculino] — falei, fazendo força para controlar meu desespero.

— Não os Pontos Místicos. O que ensino a ele é limitado. Ele é homem. Você é mulher. Não está à altura. Mesmo das... habilidades mais simples (Okorafor, 2014, p. 74).

Percebe-se, com isso, diferentes graus de desigualdade: um Okeke que seja *Eshu* (capaz de usar magia) não encontra limitações para desenvolver seus dons, desde que seja homem; um *Ewu* pode aprender o básico, embora não o mais avançado, desde que seja homem; uma mulher Okeke não pode aprender nenhuma forma de magia, pois é considerada instável, e tampouco uma mulher *Ewu*, por ser considerada impura. Tem-se, assim, um complexo sistema de limitações impostas por gênero e raça.

Essas formas de violência e opressão são intensificadas em diversas instâncias, mas principalmente a partir da escravização imposta aos Okeke e das violências de gênero às quais as mulheres estão submetidas. Onye, no entanto, decide lutar contra essas opressões. Ela consegue, após uma extrema demonstração de sua capacidade mágica, ser ensinada por um professor de

magia, e desenvolve plenamente suas habilidades, sendo capaz até mesmo de trazer pessoas de volta da morte e curar graves ferimentos. Ao longo do romance, ela acaba partindo em uma jornada para reescrever o Grande Livro, responsável por perpetuar as formas de violência que tanto perduram nessa sociedade.

Ao final do romance, ela de fato consegue chegar até a versão física do livro. Sendo um objeto mágico, exerce influência na forma como as pessoas se estruturam socialmente, e o que é interessante de se notar é que desde o primeiro contato com ele Onye percebe que o livro estava repleto de ódio:

Folheei as páginas do livro e parei numa página que estava mais quente ao toque do que as demais. Pousei minha mão esquerda sobre ela. Não fazia sentido, mas me senti inclinada a fazê-lo, **de tão doente que senti que aquele livro estava.**

[...]

— Eu não odeio você — sussurrei. — Prefiro morrer. — Então comecei a cantar. Cantei a música que havia feito quando tinha quatro anos e morava com minha mãe no deserto. Durante o período mais feliz da minha vida. Havia cantado essa canção para o deserto quando ele estava contente, pacífico. Cantava agora para aquele misterioso livro no meu colo.

[...]

Podia sentir o livro sugando de mim, como uma criança faz no seio da mãe. Pegando, pegando. Senti algo mexendo em meu ventre. Parei de cantar. Enquanto eu observava, o livro foi ficando escuro, cada vez mais escuro. Mas não tão escuro que eu não pudesse vê-lo (Okorafor, 2014, p. 399-400, grifos meus).

Diante do ódio que encontrara no livro, assim, Onye oferece uma nova perspectiva, que é a do amor. A canção que ela canta reflete sua relação materna e se opõe a tudo o que ele pregava acerca de ódio, violência e escravidão. E, dessa forma, transmitindo de si o amor que carregava, ela retira o ódio que tanto infectara aquele livro e aquela sociedade. E isso gera mudanças significativas no contexto social.

Após essa reescrita, é narrada a forma como mudanças surgiram:

Todas as mulheres, Okeke e Nuru, descobriram que alguma coisa nelas havia mudado. Algumas podiam transformar vinho em água fresca e potável, outras brilhavam no escuro, à noite, algumas podiam ouvir os mortos. Outras se lembravam do passado, bem antes do Grande Livro. Outras podiam examinar o mundo espiritual e ainda viver no físico. Milhares de habilidades. Todas concedidas às mulheres. Lá estava. O presente de Onye. [...] Esse lugar jamais será o mesmo. A escravidão aqui acabou (Okorafor, 2014, 403-404).

Onye traz, assim, não só a libertação dos Okeke contra a escravidão, mas também a possibilidade de conectá-los ainda mais com a magia e tudo com o que ela já tinha reivindicado. Ela possibilita a inúmeras mulheres uma conexão mágica de maneira a contradizer o que por muito tempo foi pregado, de que elas não poderiam praticar magia. Além disso, seu ato reconfigura a realidade, pois ao colocar amor no lugar de ódio no Grande Livro ela vence as opressões de raça e gênero, de modo que um novo mundo passa a ser construído e apresentado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando refletimos sobre as problemáticas sociais que persistem no presente, como o racismo e as violências de gênero, a necessidade de um combate a essas opressões é evidente. Mais que isso, é preciso uma compreensão de que determinados sistemas por vezes se interseccionam em formas

específicas de violência, pautadas em mais de um categorizador. Mulheres negras, nessa perspectiva, acabam sendo afetadas de maneira particular por essas problemáticas. Assim, faz-se necessária uma luta interseccional que considere os múltiplos aspectos identitários.

O Afrofuturismo é um movimento com terreno fértil para essa abordagem, visto que ao propor a projeção de futuros benéficos às populações negras, implica na consideração das inúmeras subjetividades dessas pessoas e de que todas as formas de violência que as afetam devem ser combatidas. A partir da análise do romance *Quem teme a morte* pudemos compreender como essa luta interseccional pode operar. Ainda que no campo da fantasia, o romance estabelece a possibilidade de que mesmo em sistemas opressivos a luta é possível, assim como a transformação social em detrimento de pessoas socialmente marginalizadas.

Referências

BONNICI, Thomas. Introdução ao estudo das literaturas pós-coloniais. **Mimesis**, Bauru, v. 19, n. 1, p. 07-23, 1998.

CHAWANE, Midas. The development of Afrocentricity: A historical survey. **Yesterday&Today**, Potchefstroom, n. 16, dez., 2016.

COLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Trad. Rane Souza. Rio de Janeiro: Boitempo, 2021.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Trad. Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

KABRAL, Fábio. Afrofuturismo. **Articulação de Linguagens**, revista digital, n. 6, p. 10 - 13. Jun. 2020.

OYĒWŪMÍ, Oyèrónké. **A invenção das mulheres**: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero. Trad. Wanderson Flor do Nascimento. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

OKORAFOR, Nnedi. **Quem teme a morte**. Trad. Mariana Mesquita. São Paulo: Geração Editorial, 2014.

SOUZA, Waldson Gomes. **Afrofuturismo**: o futuro ancestral na literatura brasileira contemporânea. Orientadora: Profa. Dr^a. Regina Dalcastagnè. 2019. 120f. Dissertação (Mestrado em Literatura) – Instituto de Letras, Departamento de Teoria Literária e Literaturas, Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

WOMACK, Ytasha L. **Afrofuturismo**: o mundo da ficção científica preta e a cultura da fantasia. Trad. Amani Bitisururu Dayo. São Paulo: Editora Ananse, 2024.

[1] No original: MK Asante defined Afrocentricity as a manner of thought and action in which the centrality of African interests, values, and perspectives predominate. He further stated that Afrocentricity is an exercise in knowledge and a new historical perspective.

PALAVRAS-CHAVE: Interseccionalidade, Afrofuturismo, Negritude, Quem teme a morte, Nnedi Okorafor